



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Ao vigésimo quarto dia (24º) do mês de outubro de dois mil e dezenove, às oito horas e cinco minutos (8h05), na sede da Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a vigésima segunda (22ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, do exercício de 2019, que foi descentralizada do CRAS Centro, sob a coordenação da Presidente e Conselheira Titular do Poder Público, representando a Unidade Municipal de Assistência Social, Senhora Lucinéia Silva Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros(as), sendo oito (8) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiras(os) Titulares:** Valdety Souza Vilar Gilberto, Clóves Plácido Barbosa, Rosicler Lemos da Silva, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lelis, Lucinéia Silva Sartori Coelho, Iara Flavia Afonso Guimarães, Ana Lucia Melo de Oliveira Lima e Geisla Fabia Pinto. **Conselheiros Suplentes na Titularidade:** Josiane Aparecida Antunes Campos Alessandra Aparecida da Silva, Loren Lorrany Duarte e Sônia Regina Barbosa Quirino. **Conselheiros Suplentes:** Kelly Regina da Silva, Luzia Regina Alves e Irene da Conceição Silva. Participaram da reunião vinte e sete (27) convidados, conforme assinaturas na lista de presença, dentre eles usuários e trabalhadores do CRAS Centro, usuários e trabalhadores do CCI Avelina da região Sul e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: **1- Ordem do dia:** Chamada e Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausente; **2- Deliberação e Aprovação da ata da 21ª Reunião Ordinária – 2019;** **3 - Aprovação da pauta.** **4. Assuntos** – **4.1 – Apresentação dos participantes e breve Contextualização e objetivos das Reuniões Descentralizadas do CMAS;** **4.2 – Apresentação de complementação de informações sobre as Emendas Parlamentares – Federal;** **4.2.1 – Ofício Circular 13/2019/CNAS/SE/MC – Recomposição do Orçamento da Assistência Social;** **4.2.2 - Apresentação da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Lei 13.019/2014;** **4.3 – Recebimento de Ofício 351/2019 – MPF – solicita detalhamento e informações sobre o atraso nos repasses de recursos federais – Definição de encaminhamentos;** **4.4– Devolutivas dos trabalhos e proposta da Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede sobre resposta ao ofício SEDAS 336/2019;** **4.5 -Devolutiva da Presidente sobre Notificação 0071/2019 – MP – Comparecimento em Audiência no dia 10.10 às 14h – Gabinete da Promotoria;** **4.6 – Convite Ação Comunitária do CRAS Leste – 23.11 – 10h às 14h – proposta de participação do CMAS.** **5. Informes** – **5.1 – Devolutiva da Equipe Gestora sobre Repasses de Recursos da União;** **5.2 - Devolutiva da Presidente sobre participação na Reunião Casa dos Conselhos e convite para a próxima reunião – 06.11 – 19h na Secretaria de Educação;** **5.3 – Devolutiva dos participantes na Audiência Pública da LOA 2020;** **5.4– Devolutiva sobre participação de conselheiros(as) no Fórum do 3º Setor;** **5.5 – Devolutiva sobre participação na abertura da Campanha “Proteger é Garantir Direitos – rumo aos 30 anos do ECA” - ocorrida no dia 21.10;** **5.6- AGENDA Outubro.** A Presidente Lucineia iniciou a reunião cumprimentando os presentes e sugeriu que cada participante fizesse uma breve apresentação de si (nome, organização que representa, atribuições, etc.). Em seguida a Secretária Executiva Maria Amélia, informou que as discussões serão gravadas e o áudio ficará disponível na Secretaria Executiva do CMAS. Realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares e os(as) suplentes na titularidade. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Maria das Graças, Maria Heli da Silva Garcia, Alessandra Ferreira, Ernestina Maria Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Geraldine



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 Garcia Fuga Menezes, Claudia Maria Fragoso Cerqueira, Jean Eurípedes da Silva Ferreira, Maria Aparecida Morais
38 Oliveira, Juliana Rossato Souza Rodrigues, Eder Furtado Ribeiro, Adriana da Silva Bazon e Rafael Costa Duarte. Dando
39 sequência, Maria Amélia informou que o quórum de leitura antecipada da ata da 21ª Reunião Ordinária foi atingido,
40 sendo a mesma aprovada com algumas correções ortográficas e de digitação. O 1º Secretário Sr. Clóves fez a leitura da
41 pauta, que também foi aprovada. Passou-se então ao primeiro assunto, item **4.1 – Apresentação dos participantes e**
42 **breve Contextualização e objetivos das Reuniões Descentralizadas do CMAS** ; A presidente Lucinéia explicou os
43 objetivos das reuniões descentralizadas, pontuando que o CMAS pretende estar mais próximo da comunidade visando
44 estimular a participação dos usuários no Conselho e mobilizar os moradores das várias regiões da cidade para articularem
45 suas demandas a respeito da Assistência Social e das demais políticas. Destacou que neste conselho tem representação de
46 pessoas usuárias da assistência social, de trabalhadores, das entidades e do Poder Público. Em seguida Lucinéia também
47 esclareceu que as reuniões acontecem de 15 em 15 dias, e que está aberta para todas as pessoas que se interessem pela
48 política de assistência social. Citou que este Conselho tem como finalidade refletir sobre a política de assistência do
49 município de Franca/SP, propondo serviços, programas, ações para a gestão e que estes, Gestão e conselho, devem
50 caminhar juntos nesse processo. Esclareceu também que o CMAS existe desde 1997, ou seja, já tem 22 anos de atuação
51 no município de Franca. As reuniões são realizadas nesta Secretaria de Ação Social, porém as descentralizadas
52 geralmente ocorrem nas unidades estatais, sendo que já foram realizadas no CRAS SUL, CRAS LESTE E CRAS
53 NORTE. Disse que esta reunião se refere à descentralizada do CRAS CENTRO, porém a mesma ocorreria na SEDAS,
54 pois aquela unidade estatal não comportaria tal quantidade de pessoas. Em seguida a assistente social Luciana do CRAS
55 CENTRO, fez uma exposição das ações realizadas pelo CRAS, bem como as dificuldades enfrentadas. Os conselheiros e
56 participantes solicitaram alguns esclarecimentos e fizeram considerações sobre o número insuficiente de trabalhadores
57 para realizar o atendimento de toda a demanda, uma vez que a área correspondente à região centro é bastante extensa,
58 comportando diversos bairros. Ao final destacou-se a necessidade de realizar reuniões conjuntas do CMAS com as
59 equipes de CRAS e CREAS visando buscar alternativas de resolução dos entraves e dificuldades apresentados.
60 Destacou-se também a necessidade de que a equipe de monitoramento priorize o acompanhamento das unidades estatais,
61 considerando que não tem realizado visitas técnicas nestes locais. Ao final, considerando demandas de trabalho de
62 comissões, foram agendadas reuniões das comissões de orçamento e de política de assistência para o próximo dia 14 às 8
63 e 10 horas, respectivamente. Passou-se então ao próximo item da pauta - **4.2 – Apresentação de complementação de**
64 **informações sobre as Emendas Parlamentares – Federal**; A Assessora de Gestão, Edna, informou que se trata das
65 emendas parlamentares oriundas da União, indicadas pelo ex-parlamentar Ailton Sandoval em 2018, através de
66 transferências voluntárias na modalidade de investimento no valor total de R\$ 1.350.000,00 (Um milhão, trezentos e
67 cinquenta mil reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada entidade. Lembrou que o colegiado já
68 aprovou essas emendas por meio da Resolução CMAS 06/2019 de 12 de abril de 2019. Disse porém que será necessário
69 inserir outras informações no sistema, pela Presidente do CMAS, as quais deverão constar também em ata. Apresentou
70 em seguida as informações necessárias que deverão constar, sendo as seguintes: Nº da programação: 351620020190001 -
71 Associação dos Deficientes Físicos de Franca – ADEFI, CNPJ: 68.318.575/0001-90, Valor: R\$ 150.00,00; Nº da
72 programação: 35162002019001 - Obras Assistenciais Dr Ismael Alonso Y Alonso, CNPJ: 01.730.128/0001-90, Valor: R\$



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 150.000,00; Nº da programação: 351620020190001 - Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca, CNPJ:
74 56.885.262/0001-35, Valor: R\$ 150.000,00; Nº da programação: 351620020190001 - Templo Espírita Vicente de Paulo,
75 CNPJ: 56.885.262/0001-35, Valor: R\$ 150.000,00; Nº de programação: 351620020190002 - Escola de Aprendizagem e
76 Cidadania de Franca, CNPJ: 49.219.660/0001-57, Valor: R\$ 150.000,00; Nº da programação: 351620020190002 - Lar
77 de Idosos Eurípedes Barsanulfo, CNPJ: 02.873.006/0001-07, Valor: R\$ 150.000,00; Nº da programação:
78 351620020190002 - Instituto Espírita Nosso Lar, CNPJ: 45.308.178/0001-32, Valor: R\$ 150.000,00; Nº da programação:
79 351620020190002 - Fundação Judas Iscariotes, CNPJ: 47.985.189/0001-82, Valor: R\$ 150.000,00; Nº da programação:
80 351620020190003 - Associação das Famílias e Pessoas Portadoras de Paralisia Cerebral – CAMINHAR, CNPJ:
81 02.050.429/0001-19, Valor: R\$ 150.000,00. Dando seguimento passou-se ao item - **4.2.1 – Ofício Circular**
82 **13/2019/CNAS/SE/MC – Recomposição do Orçamento da Assistência Social;** O ofício foi lido para o colegiado no
83 qual o Conselho Nacional de Assistência Social expõe sobre os cortes no orçamento da Assistência Social para 2020,
84 demonstrando um deficit de 64% do que foi proposto pelo Ministério da Cidadania. O ofício em questão faz um destaque
85 sobre a importância de emendas parlamentares para o custeio e reposição dos cortes e solicita o apoio do CMAS na luta
86 pela recomposição do orçamento da Assistência Social. Lucinéia pontuou que as emendas reforçam uma prática
87 clientelista e faz com que o trabalho seja fragmentado não garantindo a continuidade das ações e portanto o conselho não
88 é favorável a essa forma de transferência de recursos. Sugeriu então que seja feita uma Nota de Repúdio a esse
89 posicionamento do Conselho Nacional. O colegiado concordou com a nota e se disponibilizaram em contribuir na
90 elaboração desta: a presidente Lucineia; a usuária do CCI Avelina, Regina; a coordenadora do Serviço de Convivência do
91 CCI Avelina, Suzana; e também dois participantes do CCI Centro – FEJI, Sandra e Fábio. Foi agendada uma reunião para
92 a próxima quarta feira, 30 de outubro às 8h30 na Fundação Judas para elaboração da nota. O item seguinte se tratou -
93 **4.2.2 - Apresentação da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Lei 13.019/2014;** Edna apresentou
94 para o colegiado a Portaria que nomeou tal comissão e esclareceu que esta é uma exigência da Lei 13.019/2014 e fez a
95 leitura do artigo desta lei, para que todos pudessem entender a fundamentação oficial. Alguns conselheiros fizeram
96 questionamentos quanto as atribuições desta, bem como sobre quais são as especificidades da mesma que a diferencia
97 das funções da equipe de Monitoramento da Secretaria. Edna e Lucineia tentaram esclarecer os pontos que as
98 diferenciam, dizendo que essa comissão tem a atribuição de acompanhar a execução das metas, dos recursos repassados,
99 ou seja, o cumprimento do Termo de Colaboração firmado entre as entidades e a Prefeitura. O colegiado pontuou
100 também que o fato da mesma ser composta, na sua grande maioria, pelas coordenadoras das Unidades Estatais poderá
101 fragilizar as relações com as entidades executoras dos serviços, uma vez que as coordenadoras são responsáveis pela
102 articulação e referenciamento do território, além das inúmeras atribuições que lhes competem o que poderá impactar e
103 dificultar o trabalho com mais essa atribuição. Nesse sentido o colegiado definiu por solicitar maiores esclarecimentos
104 sobre as atribuições desta Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como, recomendar a reavaliação sobre a
105 participação das coordenadoras de unidades estatais na mesma. O colegiado também sugeriu, que a Comissão seja
106 formada pelos comissionados da SEDAS, pois segundo o prefeito os mesmos foram contratados para auxiliar as equipes
107 gestoras. **4.3 – Recebimento de Ofício 351/2019 – MPF – solicita detalhamento e informações sobre o atraso nos**
108 **repasses de recursos federais – Definição de encaminhamentos;** O documento apresentado foi lido e se trata de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

109 solicitação do Ministério Público Federal – MPF de detalhamento e informações deste CMAS sobre os atrasos de
110 repasses dos recursos federais, em razão do ofício 92.2019 emitido pelo conselho relatando essa situação e enviado a
111 diversos órgãos, inclusive esse MPF. O colegiado definiu que essa demanda é da comissão de orçamento e o documento
112 será elaborado pela mesma que fará a devolutiva aos conselheiros na próxima reunião. **4.4– Devolutivas dos trabalhos**
113 **e proposta da Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede sobre resposta ao ofício SEDAS 336/2019;**
114 Maria Amélia explicou que a Secretaria de Ação Social, enviou este ofício para o CMAS questionando o mesmo sobre
115 qual será o procedimento e posicionamento, caso haja cobrança para atendimento de usuários nas instituições de
116 acolhimento de idosos. Disse que foi anexado ao ofício um parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania, o
117 CONJUR. . Maria Amélia esclareceu que a Comissão de Inscrição e Acompanhamento analisou o documento e discutiu
118 sobre essa temática e pontuou que tal parecer do CONJUR se trata do critério de preponderância, contidos nas análises
119 dos pedidos de concessão e renovação de certificado de entidade - CEBAS. Clóves esclareceu que tais vagas não vem
120 sendo beneficiadas pelo Município, são demandas de atendimento, e que portanto fica a critério da entidade preenchê-las
121 ou não, e o valor cobrado poderá ainda complementar as despesas da entidade, uma vez que o município cofinancia
122 apenas uma parte das despesas. A comissão elaborou uma proposta de ofício a ser enviada ao Ministério da Cidadania, ao
123 Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e ao Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS com o
124 objetivo de buscar orientações sobre essa questão, uma vez que o colegiado ainda não tem um posicionamento sobre o
125 tema. O ofício foi apresentado, sendo aprovado pelo colegiado com a seguinte complementação na redação: *“A Equipe*
126 *de Referência cofinanciada pelo Poder Público poderá ser compartilhada, com a carga horária ampliada, nos dois tipos*
127 *de atendimento ou deverá ser contratada uma equipe específica para o atendimento das vagas particulares?”*.
128 Concluído esse assunto e considerando o adiantado da hora, definiu-se por reconduzir os assuntos 4.5 e 4.6 para a
129 próxima reunião. Os informes que se tratam de devolutivas de participação em reuniões e eventos também serão
130 reconduzidos para a próxima reunião. Ao final foi feita uma breve avaliação desta reunião, na qual alguns participantes
131 se manifestaram afirmando que a mesma foi bastante positiva e produtiva. Esta reunião foi gravada, portanto, o áudio
132 ficará disponível para consulta dos conselheiros na Secretaria Executiva do Conselho. Eu, Maria Amélia Facioli
133 Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de
134 presença.